



FAXINFORME

CLIPPING

Expresso

actual

Tiragem: 123.400

Área: 964cm<sup>2</sup>/ 37%

Data: 18.08.2012

Tipo: Jornal Nacional Semanal

Secção: Nacional

FOTO

Cores: 4 Cores Pág:42;43



## IDEIAS & DEBATES

# A CRISE, A CRIAÇÃO E O FINANCIAMENTO COLETIVO



Depois de "José e Pilar", o realizador foi obrigado a recorrer ao *crowdfunding* para financiar o seu próximo filme, cujo cartaz se vê na foto à direita

JOSE CARLOS CARVALHO/VISÃO

**FAXINFORME**

CLIPPING

**Expresso****actual**

Tiragem: 123.400

Área: 964cm<sup>2</sup>/ 37%

Data: 18.08.2012

Tipo: Jornal Nacional Semanal

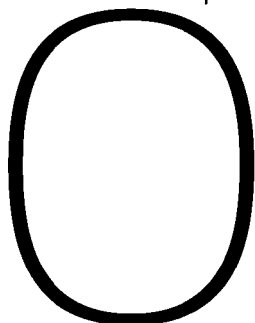
Secção: Nacional

FOTO

Cores: 4 Cores Pág:42;43

Texto **Miguel Gonçalves Mendes**

Em tempos de profunda crise, a produção cultural corre o risco de ficar refém da ausência de apoios. Os criadores são obrigados a encontrar formas alternativas de financiamento, das quais o *crowdfunding* é uma das mais inovadoras. Foi a solução encontrada pelo realizador de "José e Pilar" para fazer o seu próximo filme



erson Welles dizia como piada, e talvez com algum exagero, que em Itália 30 anos de sofrimento e guerra no tempo dos Bórgias tinham dado origem ao Renascimento. E, todavia, 500 anos de paz e fraternidade na Suíça ti-

nham dado origem ao relógio de cuco.

É verdade que não estamos em guerra, mas vivemos tempos de uma profunda crise e de incerteza quanto ao futuro que em muito se assemelham, ou para lá caminham, às épocas conturbadas da história dos povos. É, pois, nestes momentos que temos de repensar o presente e encontrar novas armas, nomeadamente no que se refere à produção cultural.

Sabemos, ou pelo menos deveríamos saber, que a arte não existe, nem nunca existiu, sem apoio (seja ele do Estado ou de mecenas). Se assim não fosse, nem Giocondas, nem Capelas Sistinas, nem Mosteiros dos Jerónimos fariam parte do nosso presente.

Infelizmente, ao longo da História de Portugal, o apoio à arte tem sido residual, e o país enquanto reflexo dessa política (ou da sua ausência) tem sofrido as consequências.

Mesmo quando em democracia o regime afirmou que a cultura era um bem essencial e um direito inalienável dos cidadãos, poucas foram as políti-

cas realmente estruturadoras de um tecido cultural nacional que resultasse fortalecido.

Apostou-se em Lisboa e, com algum peso na consciência, no Porto, e o resto dos cidadãos do país, como agora virou tradição vernacular, ficaram votados ao "que se lixem".

Como agravante do problema, vivemos um momento em que a crise, sendo efetiva, serve de desculpa/argumento para tudo inviabilizar. Sobretudo para o poder político se demitir do papel que lhe cabe e para o qual foi constituído, isto é, providenciar o bem-estar, a educação e a cultura dos seus cidadãos.

Contudo, mesmo que esta crise não existisse, sabemos há muito que o país não é rico, que os jogos e compadrios já estão estabelecidos e que apenas uma ínfima parte dos criadores nacionais tem acesso a apoios à criação.

Como se tal não bastasse, com o advento, chamemos-lhe "divino", da internet e da consequente pirataria dos bens culturais, a situação tornou-se ainda mais calamitosa para os criadores, sobretudo em mercados com a dimensão de Portugal, uma vez que fazer o *download* ilegal de um CD de uma banda pode significar efetivamente retirar-lhe o seu, já de si ínfimo, sustento.

Em abstrato, e na minha modesta opinião, nada tenho contra a pirataria, e reconheço-lhe o papel de alternativa ao que têm sido as políticas culturais desastrosas dos sucessivos governos. A internet tem feito mais pelo acesso nacional à cultura do que os 20 anos de políticas centralizadoras do Ministério da Cultura. Mas há que assumir de uma vez por todas (em especial pelos consumidores de bens culturais) que os respetivos criadores têm de comer. Resalvo que no meu caso concreto em nada me choca a difusão gratuita do meu trabalho desde que eu possa viver com um mínimo de dignidade.

É esta a equação que todos nós, e sobretudo os países da União Europeia, deveriam procurar resolver: como remunerar os criadores dos bens que os cidadãos pretendem consumir e os quais, de acordo com as suas leis fundamentais, constituem um seu direito inalienável.

Agostinho da Silva, infelizmente desprezado pela nossa *intelligenza*, costumava dizer que chegará o dia em que a Humanidade perceberá que não existe trabalho para todos. E que, se se quiser manter a paz social e o progresso, metade da população, que se realiza desenvolvendo uma atividade profissional, deveria assumir descomplexadamente que teria de sustentar a outra metade, que, por motivos imputáveis ao desenvolvimento do tecido económico, não terá acesso ao emprego. Assim, o que Agostinho da Silva de-

fendia era que essa outra metade se tornasse artista e dessa forma pudesse contribuir para que a primeira metade usufruísse do seu potencial criativo. Apesar de este pensamento se afigurar utópico, não podemos deixar de concordar com as premissas de que parte, porque o desemprego está aí e veio para ficar.

Mas, não estando ainda preparados para essa verdadeira revolução, cabe-nos a nós criadores encontrar novas formas de financiamento. E uma delas, e a mais sensata, é o chamado financiamento coletivo. Um contrato quase poético firmado entre o criador e aqueles que querem ver a sua obra, isto é, o(s) investidor(es) sabe(m), quer(em) e assume(m) que para determinada obra existir terá de contar com o seu apoio.

Neste momento, e com a falta de visão estratégica daqueles que nos governam, com a falta de filantropia que sempre caracterizou os empresários portugueses, não me parece que restem muitas outras soluções, a não ser efetivamente este esforço coletivo, para que possamos continuar a ter memória coletiva, pois o que determina a história de um povo é a cultura e a ciência e dentro de 200 anos esta crise será apenas uma nota de rodapé. Provavelmente, a nota do começo de algo novo.

No meu caso, e em parceria com a Sapo, foi o caminho que decidimos escolher para a realização do meu próximo documentário, “O Sentido da Vida”, título devidamente roubado ao filme dos Monty

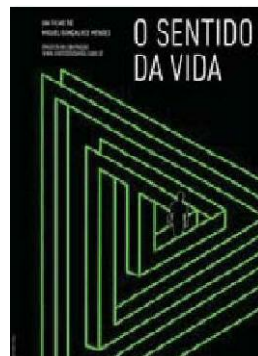
Pyton. Trata-se de um projeto a ser rodado a três anos e que retrata a história de Miguel (um jovem que tem uma doença à qual pode não sobreviver e que decide iniciar uma jornada pelo mundo não sabendo se dela terá retorno), bem como de sete outros retratados (um humorista, um escritor, um realizador, um político, um músico, um filósofo ateu e um astronauta).

Através do *crowdfunding*, as pessoas podem fazer pequenas contribuições (todas identificadas na plataforma), as quais passam por comprar um *frame*, participar simbolicamente no filme (no qual será incluído o seu retrato numa sequência específica em que várias rostos se sobrepõem no ecrã), efetuar uma chamada telefónica para uma linha de valor acrescentado que reverte para o projeto, comprar antecipadamente o DVD, ou até, num plano mais exigente, atribuir um valor muito superior, ganhando assim o estatuto de coprodutores efetivos do filme e beneficiando, no futuro, dos dividendos que vierem a ser gerados.

Porém, esta plataforma ([www.osentidodavida.sa](http://www.osentidodavida.sa)

*po.pt*) tem um carácter inovador, no sentido em que é facultado a quem investe acompanhar todo o processo de produção do filme, desde as reuniões de conceção do cartaz, passando pela feitura do *site*, acompanhando em direto e na íntegra as entrevistas que serão realizadas ao longo do filme.

O filme “O Sentido da Vida” será um *output*, um produto final, de um processo global que interessa documentar — a jornada “Eu Quero Descobrir o Sentido da Vida”. O alicerce é um modelo de financiamento inovador, que fomenta a participação das pessoas através da universalidade do tema, envolvendo-as e tornando-as parte de uma mística associada ao *backstage* do processo de realização. No fundo, o caminho é tão importante como o destino, e é esse caminho, através do qual se apreende o sentido da nossa existência, que sete personagens, em pontos distantes do globo, nos vão ajudar a decifrar. ▴



A arte não existe, nem nunca existiu, sem apoio do Estado ou de mecenas. Se assim não fosse, nem Giocondas, nem Capelas Sistinas, nem Mosteiros dos Jerónimos fariam parte do nosso presente